

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ
UNIDADE PROFESSOR JOSÉ BATISTA DE OLIVEIRA
CURSO DE PEDAGOGIA**

LILIAN RIBEIRO MORAIS PEREIRA

**A EDUCAÇÃO SEXUAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: POSSIBILIDADES DE
PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS À LUZ DA
BNCC**

Imperatriz
2025

LILIAN RIBEIRO MORAIS PEREIRA

**A EDUCAÇÃO SEXUAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: POSSIBILIDADES DE
PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS À LUZ DA
BNCC**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, Centro Ciências de Imperatriz, como requisito para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Jónata Ferreira de Moura

Imperatriz
2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Ribeiro Moraes Pereira, Lilian.

A EDUCAÇÃO SEXUAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
POSSIBILIDADES

DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS À LUZ
DA BNCC / Lilian Ribeiro Moraes Pereira. - 2025.

57 p.

Orientador(a): Jónata Ferreira de Moura. Curso de
Pedagogia, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz,
2025.

1. Educação Sexual. 2. Educação Infantil. 3.
Violência Sexual Infantil. 4. Prevenção. 5. Currículo
Escolar. I. Ferreira de Moura, Jónata. II. Título.

LILIAN RIBEIRO MORAIS PEREIRA

**A EDUCAÇÃO SEXUAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: POSSIBILIDADES DE
PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS À LUZ DA
BNCC**

Aprovado em 04 / 08 / 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jónata Ferreira de Moura

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Me. John Jamerson da Silva Brito

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof^a Dr^a Lizandra Guedes Baptista

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Dedicatória

Dedico este trabalho ao Senhor Jesus, à minha família, aos meus amigos e a todas as crianças desta geração, com o desejo de ver a infância cuidada e protegida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, toda honra e glória, pois sem Ele nada seria possível. Agradeço ao meu amigo Jesus pelo seu infinito amor, bondade, graça e misericórdia. Sou grata por ter me sustentado até aqui, renovado minhas forças e guiado cada passo desta caminhada acadêmica.

Agarrei-me fortemente às Suas palavras, que me ordenam a ser forte e corajosa, lembrando-me sempre de que Ele estaria comigo todos os dias.

À minha família, meu porto seguro, por todo amor, compreensão e apoio em cada momento desta trajetória.

Ao meu esposo João Vitor, por estar sempre ao meu lado, incentivando, torcendo e acreditando em mim, sendo o meu maior encorajamento para enfrentar os desafios com força e coragem, tornando essa jornada acadêmica mais leve e feliz.

Aos meus pais, Rubervan e Rakell, que me deram a vida e me criaram com amor e sabedoria, sendo fonte constante de inspiração, acreditando em mim, auxiliando e celebrando cada conquista ao meu lado.

Ao meu irmão Luis Pedro, por sempre estar presente, sendo um grande companheiro desde o nascimento, arrancando sorrisos e enchendo meus dias de alegria.

Aos meus avós maternos Ribeiro e Doralice, à minha avó paterna Luiza e ao meu avô paterno Benedito – que hoje descansa no céu, mas celebrou com alegria minha entrada na universidade –, aos meus tios, tias, aos meus sogros e demais familiares, minha profunda gratidão. Vocês fazem parte de quem me tornei, sendo grandes referências e inspirações para minha vida.

À minha grande amiga e irmã Vitória Moreira – que está sempre ao meu lado em todos os momentos e tivemos o lindo privilégio de ingressarmos juntas na universidade e celebrarmos essa conquista uma da outra.

Aos meus amigos pela companhia, pelas palavras de encorajamento e pelas orações que me sustentaram nos dias mais difíceis.

Aos meus professores, especialmente ao meu orientador Jónata Ferreira, que contribuíram com dedicação, paciência e conhecimento para a realização deste trabalho.

E, de modo especial, dedico também minha gratidão a todas as crianças, que são a inspiração deste estudo, com o desejo de que cada uma delas viva uma infância protegida, plena de amor e respeito.

Agradeço imensamente à todos vocês que fazem parte da minha vida e conquistam comigo mais essa etapa vencida!

*"Toda a Escritura é inspirada
por Deus e útil para o ensino, para a repreensão,
para a correção e para a instrução na justiça."
(2 Timóteo 3:16)*

RESUMO

Esta investigação faz uma reflexão sobre a importância da educação sexual e suas contribuições para a Educação Infantil e o papel do professor contribuindo para a identificação e prevenção da violência sexual infantil. A questão norteadora é: De que maneira a educação sexual pode contribuir para a compreensão da criança sobre seu corpo, o corpo do outro e para a prevenção da violência sexual infantil? Os objetivos são: Compreender o conceito de educação sexual e sua inserção no currículo escolar; Identificar os principais desafios enfrentados na sua implementação nas escolas. Analisar de que maneira a educação sexual pode contribuir para a compreensão da criança sobre seu corpo, o corpo do outro e para a prevenção da violência sexual infantil. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e a construção dos dados foi feita por meio de revisão de artigos científicos, documentos oficiais e textos sobre educação sexual na Educação Infantil. A análise dos dados foi realizada a partir destes materiais, permitindo uma reflexão crítica sobre a prevenção da violência sexual contra crianças da Educação Infantil. Os capítulos que compõem esta monografia são: uma reflexão sobre a educação sexual na Educação Infantil, apresentando um panorama da violência sexual contra crianças no Brasil, contextualizando a urgência do tema; em seguida, discute-se a inserção da educação sexual no currículo da Educação Infantil; aborda-se os principais desafios para a implementação dessa abordagem, considerando a BNCC e os documentos curriculares; por fim, analisa-se como a educação sexual pode contribuir para que a criança desenvolva a compreensão do próprio corpo, do corpo do outro e para a prevenção da violência sexual infantil.

Palavras-chave: Educação sexual. Educação Infantil. Violência sexual infantil. Prevenção. Currículo escolar.

ABSTRACT

This research reflects on the importance of sexual education and its contributions to Early Childhood Education, highlighting the teacher's role in identifying and preventing child sexual violence. The guiding question is: How can sexual education contribute to children's understanding of their own bodies, the bodies of others, and the prevention of child sexual violence? The objectives are: to understand the concept of sexual education and its inclusion in the school curriculum; to identify the main challenges faced in its implementation in schools; and to analyze how sexual education can foster children's awareness of their own bodies, the bodies of others, and the prevention of sexual violence. This is bibliographic research with a qualitative approach, based on the review of scientific articles, official documents, and texts addressing sexual education in Early Childhood Education. Data analysis was conducted through these materials, enabling a critical reflection on the prevention of sexual violence against children in Early Childhood Education. The chapters of this monograph present: a reflection on sexual education in Early Childhood Education, outlining the panorama of child sexual violence in Brazil and the urgency of the topic; a discussion on the inclusion of sexual education in the Early Childhood Education curriculum; the main challenges for implementing this approach considering BNCC and curricular documents; and finally, an analysis of how sexual education can help children develop an understanding of their own bodies, respect for others' bodies, and prevent sexual violence.

Keywords: Sexual education. Early Childhood Education. Child sexual violence. Prevention. School curriculum.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS NO BRASIL.....	15
1.1 Os tipos de violência sexual infantil: contato físico e outras modalidades.....	17
1.2 O poder do adulto no contexto intrafamiliar e extrafamiliar.....	19
2 EDUCAÇÃO SEXUAL E O CURRÍCULO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	22
2.1 A educação sexual infantil ao longo da história.....	23
2.2 O currículo escolar da educação infantil.....	27
3 OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	32
3.1 Falta de formação adequada para professores.....	33
3.2 Ausência de diretrizes claras nos documentos oficiais.....	36
4 A EDUCAÇÃO SEXUAL CONTRIBUINDO NO DESENVOLVIMENTO DA COMPREENSÃO DA CRIANÇA SOBRE O PRÓPRIO CORPO E SEUS LIMITES.....	43
4.1 Vivências e Aprendizagens: Integrando a Educação Sexual aos Campos de Experiência.....	44
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS.....	54

INTRODUÇÃO

O presente estudo propõe trazer uma reflexão sobre a importância da educação sexual e suas contribuições para a Educação Infantil e o papel do professor contribuindo para a identificação e prevenção da violência sexual infantil.

A Educação Infantil é uma etapa da educação básica e importante no desenvolvimento das crianças, pois é nesse período que se estruturam aspectos cognitivos, emocionais, sociais e afetivos. Nesse contexto, a Educação Sexual surge como um instrumento essencial para a formação integral da criança, contribuindo para o fortalecimento da autonomia, do autoconhecimento e da proteção contra diversas formas de violência, especialmente a violência sexual. No entanto, o tema ainda enfrenta resistência no ambiente escolar, seja por desinformação, tabus ou pela falta de formação específica dos professores para abordá-lo de maneira adequada.

É preciso compreender que a família, escola, comunidade, organizações da sociedade civil e o Estado são essenciais para promover o desenvolvimento integral e garantir os direitos humanos de crianças garantindo uma infância livre de todas as formas de violência. Portanto, é fundamental que a Educação Sexual seja incorporada no âmbito escolar, ensinada de forma lúdica em sala de aula.

Dentre os direitos de aprendizagem previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018, na Educação Infantil, destaca-se o direito de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se, sendo este último essencial para que as crianças compreendam seu próprio corpo, seus limites e desenvolvam noções de autoproteção. Contudo, o direito à Educação Sexual a BNCC não assegura, nem tampouco cita em seu texto.

Assim, este estudo se justifica, prioritariamente, pela necessidade de promover a inclusão da educação sexual na Educação Infantil, contribuindo para a formação de docentes preparados e conscientes da importância do tema, além de fortalecer a prevenção à violência sexual infantil por meio de suas práticas pedagógicas, pois quando inserida desde cedo no cotidiano escolar, a educação sexual promove a construção da identidade, o respeito ao

próprio corpo e ao corpo do outro, atuando ainda como uma estratégia preventiva contra abusos e violências, assegurando o direito da criança a um desenvolvimento integral e protegido.

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma realidade alarmante e a escola pode exercer um papel essencial tanto na identificação de sinais de abuso quanto na promoção de um ambiente seguro, onde as crianças se sintam acolhidas para expressar seus sentimentos e relatar situações de risco. Dados recentes do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024) evidenciam o agravamento do problema: os casos de estupro e estupro de vulnerável aumentaram de 78.887, em 2022, para 83.988, em 2023, sendo que 76% dessas ocorrências envolveram vítimas consideradas vulneráveis.

É crucial reconhecer que, na maioria dos casos, o agressor faz parte do convívio da criança, o que reforça a necessidade de ações preventivas e educativas dentro do espaço escolar, com enfoque na escuta atenta, no fortalecimento da autonomia infantil e no enfrentamento da cultura do silêncio (Fórum, 2024). A campanha Maio Laranja, instituída pelo Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (18 de maio), reforça a necessidade de conscientização e mobilização social para enfrentar essa violação de direitos.

O interesse por esta pesquisa, surgiu durante o estágio obrigatório em Educação Infantil, em que tive a oportunidade de vivenciar a importância da abordagem da educação sexual como ferramenta de prevenção à violência. A experiência de trabalhar com crianças do Maternal II, na campanha do Maio Laranja, demonstrou como a educação sexual, adaptada à linguagem e ao universo infantil, pode contribuir para a proteção das crianças, promovendo um ambiente de confiança e segurança.

Apesar de ter sido uma experiência valiosa e significativa, como futura docente, durante minha trajetória como acadêmica no curso de Pedagogia, senti a ausência de uma disciplina específica que abordasse a educação sexual na infância, considerando que se trata de um tema indispensável para a formação integral das crianças. Um dos grandes entraves para o avanço dessa pauta é justamente a falta de conhecimento e formação adequada por parte dos professores.

Nesse sentido, a questão norteadora que guia este trabalho é: de que maneira a educação sexual pode contribuir para a compreensão da criança sobre seu corpo, o corpo do outro e para a prevenção da violência sexual infantil? Os objetivos são: Compreender o conceito de educação sexual e sua inserção no currículo escolar; Identificar os principais desafios enfrentados na sua implementação nas escolas. Analisar de que maneira a educação sexual pode contribuir para a compreensão da criança sobre seu corpo, o corpo do outro e para a prevenção da violência sexual infantil; compreender o conceito de educação sexual e sua inserção no currículo escolar.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa. A construção dos dados foi feita por meio de revisão de artigos científicos, documentos oficiais e textos sobre educação sexual na Educação Infantil. A análise desses materiais permitiu uma reflexão crítica sobre a prevenção da violência sexual no contexto dos objetivos desta investigação.

Os capítulos a seguir desenvolvem uma reflexão sobre a temática da educação sexual na Educação Infantil. Inicialmente, apresenta-se um panorama da violência sexual contra crianças no Brasil, contextualizando a urgência do tema. Em seguida, discutimos a inserção da educação sexual no currículo da Educação Infantil. Depois abordamos os principais desafios para a implementação dessa abordagem, considerando documentos normativos como a BNCC, PCN, PNE, e os documentos curriculares. Por fim, analisamos como a educação sexual pode contribuir para que a criança desenvolva a compreensão do próprio corpo, do corpo do outro e para a prevenção da violência sexual infantil.

1 A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS NO BRASIL

A violência sexual representa uma seria questão que permeia toda a sociedade e demanda ações coordenadas de diversas áreas para garantir a prevenção e a proteção abrangente das crianças. O termo “criança”, conforme definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), refere-se a indivíduos de zero até doze anos incompletos. O conceito de violência sexual abordado neste texto fundamenta-se no artigo 4º da Lei nº 13.431/2000, conhecida como Lei da Escuta Protegida, que institui o sistema de garantia de direitos para crianças e adolescentes que são vítimas ou testemunhas de violência.

O contexto atual revela, por meio do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que houve um aumento nos registros de todas as formas de violência sexual contra crianças e adolescentes. A pesquisa relata que os casos de estupro e estupro de vulnerável subiram de 78.887, em 2022, para 83.988, em 2023, sendo que 76% desses casos foram de estupro de vulnerável. Segundo o relatório:

O estupro de vulnerável se caracteriza não só pela prática de conjunção carnal ou outro tipo de ato libidinoso com menores de 14 anos, mas também com qualquer pessoa que possua enfermidade ou deficiência mental que impeça o consentimento livre para o ato ou, ainda, com alguém que esteja temporariamente em um estado que não possa oferecer resistência. (Fórum, 2024).

No cenário internacional, dados divulgados pela Agência Brasil revelam que o Brasil ocupa a quinta posição num ranking de 51 países com o maior número de denúncias de abuso sexual infantil pela internet. Entre 2022 e 2024, o país viu as notificações se multiplicarem, passando da 27ª posição no ranking para a atual (Agência Brasil, 2025).

A violência sexual contra crianças no Brasil é um grande problema histórico e complexo. Há diversos casos ao longo das décadas que evidenciam a gravidade da situação e a necessidade de constante vigilância e ação por parte da sociedade e das autoridades. A seguir, apresentamos um caso emblemático que marcou a história do nosso país.

Para compreendermos a história de luta pelo fim da violência sexual contra crianças e adolescentes é preciso conhecer a história de Araceli. No ano

de 1973 aconteceu um crime desumano que chocou o país pelo ato perverso de violência sexual praticado contra uma criança. A menina, chamada Araceli Cabrera Sanches, tinha apenas oito anos de idade, quando foi sequestrada e morta em 18 de maio de 1973. Ela foi drogada, espancada, estuprada e morta por membros de uma família. O corpo apareceu completamente desfigurado por ácido, em uma movimentada rua da cidade de Vitória no estado do Espírito Santo.

Os acusados pelo crime eram Paulo Helal e Dante de Brito Michelini, conhecidos na cidade pelas festas que realizavam em seus apartamentos e na praia de Canto, chamado Jardim dos Anjos. Eram conhecidos ainda pela “fama” de drogar e violentar meninas durante as festas, sempre em busca de novas vítimas.

A Lei no 9.970, de 17 de maio de 2000, sancionada no mandato do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, institui o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, homenageando postumamente Araceli. A partir desta data, o dia 18 de maio ficou marcado na agenda nacional das organizações e dos movimentos que militam pela proteção de crianças e adolescentes como um dia de luta e visibilidade da causa.

Apesar dos avanços legais significativos com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelece a proteção integral e prioridade absoluta dos direitos das crianças e adolescentes, a violência sexual infantil continua sendo uma realidade alarmante no Brasil. Isso ocorre por uma série de fatores, como a falta de conscientização sobre os direitos das crianças, a resistência cultural a discutir a sexualidade de maneira aberta e a persistência de relações desiguais de poder entre adultos e crianças, que facilitam o abuso.

A Constituição de 1988 reconheceu as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e não mais como “propriedade” dos pais ou do Estado. Esse foi um marco importante para a proteção dos direitos humanos no Brasil, que também influenciou a criação do ECA. Até então, as leis brasileiras tratavam crianças e adolescentes de forma tutelar, com uma visão de que esses grupos precisavam de proteção devido à sua “incompletude”. A

legislação era, muitas vezes, punitiva e não levava em consideração a criança ou o adolescente como sujeitos ativos de direitos.

O artigo que trata diretamente dessa questão é o Artigo 227, que estabelece a doutrina da proteção integral, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Brasil, 1988, Art. 227)

Mas historicamente, a criança foi vista como um ser inferior, sem voz e sem direitos. O próprio termo "infans", que origina "infância", significa "aquele que não fala", reforçando a ideia de que a criança não tinha autonomia. Essa visão foi sustentada por séculos e ainda influencia a maneira como a sociedade trata as crianças hoje. Os adultos, por terem autoridade, força física e controle emocional, exercem um domínio sobre a criança, que muitas vezes não consegue se defender ou sequer compreender que está sendo vítima de violência.

1.1 Os tipos de violência sexual infantil: contato físico e outras modalidades.

O Manual de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, publicado pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania do Brasil (2021), detalha os diversos tipos de violência sexual que podem afetar crianças e adolescentes. A seguir, os principais tipos abordados:

Abuso Sexual: caracteriza-se pelo envolvimento de crianças e adolescentes em atividades sexuais, geralmente imposto por um adulto ou indivíduo mais velho. Isso pode incluir contato físico, como toques inapropriados, ou atividades sem contato físico, como voyeurismo ou exposição à pornografia.

Exploração Sexual Comercial: refere-se à utilização de crianças e adolescentes em atividades sexuais em troca de dinheiro, bens ou favores. Inclui a prostituição infantil, pornografia infantil e tráfico para fins sexuais.

Assédio Sexual: envolve abordagens de natureza sexual, verbais ou não verbais, que constroem a criança ou adolescente. Pode ocorrer em diversos ambientes, incluindo escolas, comunidades e até no ambiente doméstico.

Pornografia Infantil: consiste na produção, distribuição ou consumo de material visual que representa crianças ou adolescentes em atividades sexuais explícitas.

Violência Sexual Online: inclui práticas como aliciamento de menores pela internet, compartilhamento não consensual de imagens íntimas e outras formas de exploração sexual mediadas por tecnologias digitais.

Embora a maioria dos dados mencionados sobre a violência sexual infantil se refiram ao estupro, Faleiros e Faleiros (2008) explicam que a violência sexual pode ocorrer de diversas formas, envolvendo contato físico em que o agressor utiliza “carícias não desejadas, penetração oral, anal ou vaginal, com o pênis ou objetos, masturbação forçada” (Faleiros, Faleiros, 2008, p. 39). Essas ações podem incluir toques na genitália, mamas ou ânus, podendo ou não envolver penetração, entre outras práticas abusivas.

Faleiros e Faleiros (2008) alertam que muitas formas de violência sexual não deixam evidências físicas, o que dificulta a identificação e o combate a essas práticas. O voyeurismo é uma dessas formas de abuso que, embora invisível a olho nu, pode causar trauma psicológico duradouro. A criança vítima de voyeurismo pode sentir-se violada em sua privacidade, podendo desenvolver sentimentos de vergonha, ansiedade e confusão sobre o próprio corpo e a sexualidade.

Além disso, é importante destacar que, ao praticar o voyeurismo, o agressor não apenas viola a privacidade da criança, mas também perpetua uma dinâmica de poder e controle. O ato de observar sem ser visto cria uma sensação de impunidade no agressor, que pode continuar com o abuso por um longo período sem ser detectado. Por isso, a conscientização sobre as formas não físicas de violência sexual, como o voyeurismo, é crucial para prevenir o abuso e proteger as vítimas.

Outros tipos de violência sexual sem contato físico incluem invadir o espaço da criança (como durante o banho ou troca de roupas), estimular a nudez, fazer comentários sexuais, praticar exibicionismo, ou incentivar a criança a assistir ou ouvir atos sexuais. Também se incluem comportamentos como fotografar a criança para fins sexuais, expô-la a material pornográfico, usar drogas para manipulá-la e aliciar crianças pela internet (Sanderson, 2005).

1.2 O poder do adulto no contexto intrafamiliar e extrafamiliar.

Diante do cenário da violência sexual infantil, o abusador assume uma posição de poder e autoridade sobre a criança, tratando-a como propriedade. A criança se torna refém, sem encontrar meios para se defender, especialmente porque, na maioria dos casos, o agressor é alguém da própria família — alguém que deveria protegê-la, mas que se transforma em seu maior pesadelo.

A sociedade idealiza a família como um ambiente de segurança, proteção e amor. No entanto, a realidade de muitas crianças é bem diferente. Para elas, o lar, em vez de um refúgio, se torna o cenário de sofrimento e violação de direitos. Na definição tradicional de família, onde o grupo é composto por pais, filhos, irmãos, avós e outros parentes, a violência sexual infantil pode, infelizmente, ocorrer dentro desse círculo.

A violência no ambiente familiar é caracterizada como violência intrafamiliar, também chamada de incestuosa, na qual o abusador exerce uma função de confiança, cuidado e poder em relação à criança. Esse ciclo de violência dentro do ambiente familiar muitas vezes é ocultado por medo, ameaças ou pela vergonha imposta pela dinâmica de poder, dificultando ainda mais a denúncia e a proteção da criança.

Azevedo e Guerra (1989) entendem a violência como uma dinâmica de poder, ressaltando dois elementos principais. O primeiro envolve a dominação, marcada pela exploração, opressão e desequilíbrio de poder. O segundo aspecto é a "coisificação", que trata o ser humano não como um sujeito, mas como um objeto, negando-lhe direitos e desejos. Esse processo é caracterizado pela passividade e pelo silêncio.

O poder é violento quando se caracteriza numa relação de força de alguém que a tem e que a exerce visando alcançar objetivos e obter vantagens (dominação, prazer sexual e lucro) previamente definidos. A relação violenta por ser desigual, estrutura-se num processo de dominação, através do qual o dominador, utilizando-se de coação e agressões, faz do dominado um objeto para seus “ganhos”. A relação violenta nega os direitos do dominado e desestrutura sua identidade (Faleiros; Faleiros, 2008, p, 28).

Diante do exposto, a violência sexual transforma a relação entre adulto e criança em um ato desumano, inadmissível e ilegal. Essa violação dos direitos da criança compromete seu desenvolvimento e pode gerar consequências irreparáveis ao longo de toda a vida. É fundamental que todos compreendam que a maioria dos agressores sexuais faz parte do círculo social da criança, como evidenciado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024):

o relatório destaca que, assim como em anos anteriores, a casa continua sendo o local mais perigoso para crianças e adolescentes em relação à violência sexual. De acordo com os dados, 65,1% dos crimes ocorreram no ambiente doméstico, enquanto apenas 9,9% ocorreram na via pública. Quanto aos agressores, 63,3% dos casos foram cometidos por familiares e 22,2% por outros conhecidos. O grau de parentesco é difícil de determinar neste ano devido à baixa qualidade no preenchimento dos dados nos Boletins de Ocorrência (Fórum, 2024).

Porém, é importante destacar a violência sexual *extrafamiliar*, que também pode ser cometida fora das relações familiares (Nunes; Sales, 2016). Como afirmam as autoras Silvia Regina, Viodres Inoue e Marilena Ristum (2008), esse tipo de violência pode ser praticado por pessoas que cuidam da criança ou que estão presentes nos espaços de socialização que ela frequenta, como médicos, professores, líderes religiosos, responsáveis por atividades de lazer. A violência pode ocorrer em locais públicos ou privados, e os agressores, embora não façam parte da família da vítima, podem frequentar o ambiente familiar, sendo amigos próximos e de confiança.

Azevedo (1989) aponta as possíveis consequências da violência sexual em curto prazo, que podem variar de acordo com a criança, mas geralmente incluem dificuldades no ajustamento sexual, como comportamentos inadequados ou confusão sobre limites e consentimento. Além disso, a criança pode apresentar problemas interpessoais, tornando-se mais retraída,

desconfiada ou agressiva, com dificuldades em confiar nas pessoas e em estabelecer relacionamentos.

No âmbito educacional, o abuso pode resultar em queda no desempenho escolar, problemas de concentração e dificuldades de socialização. Também é comum o surgimento de sintomas psicológicos, como depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), pesadelos e crises de pânico. Embora essas consequências possam variar conforme as características individuais de cada criança.

Apesar de guardar 'tal segredo', a criança manifesta sinais e sintomas que podem permitir que o ciclo de violência seja interrompido, caso sejam compreendidos por pessoas capacitadas. Dessa forma, o ambiente escolar torna-se um espaço propício para o enfrentamento da violência sexual contra a criança, por meio da Educação Sexual, uma ferramenta de autoproteção que pode ser utilizada para orientar as crianças (Leão; Muzzeti, 2018, p. 32).

Essa abordagem destaca a importância de criar um ambiente de confiança e conscientização, no qual as crianças possam entender e reconhecer seus direitos, além de aprender a identificar e relatar situações de risco. A Educação Sexual, portanto, surge como uma ferramenta essencial não apenas para a prevenção da violência sexual, mas também para o fortalecimento da autonomia e proteção das crianças. No próximo capítulo, exploraremos como a Educação Sexual nas escolas pode ser fundamental para a formação de um ambiente mais seguro e saudável para os alunos.

2 EDUCAÇÃO SEXUAL E O CURRÍCULO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A infância é uma fase de intensa aprendizagem, marcada pela formação de valores, desenvolvimento da autonomia e construção da identidade. Nesse processo, o entendimento sobre o próprio corpo, os limites e o consentimento tornam-se fundamental. A inserção da educação sexual nos currículos da Educação Infantil, portanto, revela-se essencial, não apenas para promover a formação integral das crianças, mas também como uma estratégia eficaz para a prevenção da violência e do abuso sexual infantil.

No entanto, essa abordagem ainda enfrenta resistência em muitos contextos, seja pela desinformação, por tabus culturais, o que contribui para a vulnerabilidade das crianças diante de situações de abuso e exploração. A falta de acesso a informações adequadas sobre sexualidade pode dificultar que a criança reconheça situações de risco ou saiba como buscar ajuda. Por isso, é necessário que a educação sexual seja tratada com naturalidade desde os primeiros anos de vida, respeitando o contexto sociocultural em que a criança está inserida.

Como destaca Figueiró (2019, p. 32), “a educação sexual é ter acesso ao conhecimento sobre o corpo humano e a todas as questões ligadas, diretamente ou indiretamente, ao relacionamento sexual”. Nesse sentido, a escola, enquanto espaço privilegiado de socialização e aprendizagem, tem um papel complementar à orientação familiar, contribuindo para o desenvolvimento de crianças mais conscientes, seguras e protegidas.

A inclusão da educação sexual no currículo escolar exige que todos os envolvidos no processo educativo — professores, gestores, famílias e demais profissionais da educação — se aprofundem no tema de maneira crítica e fundamentada. Historicamente, a sexualidade foi tratada com base em discursos moralistas, repressivos e carregados de convencionalismos sociais, frequentemente vinculados a concepções religiosas ou normas culturais rígidas.

2.1 A Educação Sexual Infantil ao longo da história

Durante muito tempo, o assunto foi considerado um tabu, o que resultou em abordagens superficiais, excludentes ou mesmo na completa omissão do tema nos espaços escolares. Para compreender os desafios atuais da educação sexual, é necessário retomar seu percurso histórico, analisando como as concepções sobre sexualidade foram sendo construídas, negadas ou transformadas ao longo do tempo. Essa trajetória revela as influências sociais, políticas e religiosas que moldaram a maneira como o tema foi abordado nas escolas, evidenciando avanços e retrocessos.

Bueno e Ribeiro (2018) relatam fatos históricos que marcaram a trajetória da Educação Sexual no Brasil, sendo que Ribeiro (2004) divide esse processo em seis momentos, que refletem mudanças importantes na maneira como a sexualidade e a educação foram abordadas ao longo do tempo.

Primeiro momento (Brasil Colônia): durante o período colonial, a sexualidade era marcada por um “sexo pluriétnico libidinoso” para os homens e por uma submissão e repressão do comportamento sexual feminino. A Igreja Católica exercia grande influência sobre as normas e comportamentos sexuais, criando um ambiente de censura e controle em relação à sexualidade (Ribeiro, 2004).

Segundo momento (Século XIX): no século XIX, a sexualidade passou a ser mais controlada, com a moral médica normalizando as práticas sexuais. A moral higienista e médica buscava controlar as práticas consideradas “licenciosas” e impunha novas regras sobre os comportamentos sexuais, com ênfase na saúde pública e na formação de uma moralidade voltada à medicina e à preservação da sociedade (Ribeiro, 2004).

Terceiro momento (1920-1950): nas primeiras décadas do século XX, a discussão sobre a sexualidade começou a ganhar forma com a publicação de livros de médicos, sacerdotes e educadores, que visavam orientar as práticas sexuais da população. No entanto, a Educação Sexual nesse período estava fortemente vinculada ao discurso médico-higienista e tinha como objetivo a prevenção de doenças venéreas e a preparação da mulher para o papel de esposa e mãe. Também foi o momento em que a Educação Sexual começou a

ser inserida de forma experimental nas escolas, com a primeira tentativa formal em 1930 no Colégio Batista do Rio de Janeiro (Ribeiro, 2004; Figueiró, 1998).

Quarto momento (1960-1969): a década de 1960 foi marcada por profundas transformações culturais, políticas e sociais que influenciaram os comportamentos sexuais e a forma como a sociedade lidava com a sexualidade. Durante esse período, algumas escolas brasileiras, como no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo, começaram a desenvolver programas de Educação Sexual. Essa transformação foi impulsionada pela presença de movimentos sociais, como o movimento feminista, e pelo impacto de ideias libertárias da juventude (Ribeiro, 2004).

A intervenção da Igreja Católica, no entanto, ainda se fazia presente, criando resistência à inclusão de temas sobre sexualidade no currículo escolar. Experiências educacionais começaram a surgir, como as realizadas no Colégio de Aplicação da USP e em outras escolas com um enfoque pedagógico experimental (Figueiró, 1998; Ribeiro, 2004).

Quinto momento (1978-1980): A abertura política em 1978 marcou o início de uma nova fase para a Educação Sexual no Brasil, com a retomada do tema no currículo escolar, especialmente no estado de São Paulo. A década de 1980 foi um período de avanço nas discussões sobre sexualidade, impulsionado pela conquista dos direitos das mulheres, o movimento de liberação sexual e a crescente preocupação com a epidemia da AIDS.

Nesse período, a Educação Sexual se tornou um tema de debate público, com maior espaço na mídia e no contexto educativo. A sociedade começava a reconhecer a necessidade de discutir questões relacionadas à sexualidade de maneira mais aberta e sem os preconceitos do passado (Bueno & Ribeiro, 2018).

Sexto momento (1996-presente): Em 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a orientação sexual passou a ser oficialmente reconhecida como uma área essencial e de grande importância no contexto educacional.

Esse marco representa o sexto momento da Educação Sexual no Brasil, que visa atender à necessidade de proporcionar aos estudantes uma vivência plena e consciente de sua sexualidade (Ribeiro, 2004). A implementação dos

PCN em 1997, determinou que a temática da orientação sexual fosse abordada de maneira transversal em todas as disciplinas escolares, integrando o tema de forma contínua no currículo (Silva, 2002).

Atualmente, nos encontramos dentro deste sexto momento da Educação Sexual, que evidencia a necessidade urgente de trazer o tema para dentro dos muros educacionais. Silva (2015, p. 20) reforça que “a Educação Sexual na escola é hoje uma necessidade a ser efetivada tanto nas discussões políticas, quanto nas ações e concretização de sua prática” e relata que:

(. . .) ao dizer Educação Sexual estamos nos referindo a toda ação contínua, em um processo de interação humana pelo qual, inserido em uma cultura, uma história e uma política, nos leva a pensar na construção de um sujeito ativo frente às informações, aos desejos, às necessidades básicas sobre seu corpo, seu funcionamento e organização. Assim, tal sujeito pode dialogar ter voz ativa e poder expressar suas opiniões, respeitando as opiniões do outro e significativamente percebendo a sexualidade como algo positivo em sua vida, sem medos, tabus e/ou receios em poder/querer aprender sobre tudo que se passa a sua volta durante toda sua vida (Silva, 2015, p. 20).

Essa citação destaca a importância da implementação prática da Educação Sexual nas escolas, reconhecendo sua relevância na formação de uma sociedade mais consciente e informada sobre questões de sexualidade, saúde e direitos humanos. No entanto, em nossa sociedade, a educação sexual ainda é vista como um tabu, fazendo com que as crianças não tenham liberdade para aprender sobre os direitos de seu corpo e se sintam reprimidas ao tentar esclarecer dúvidas sobre temas relacionados à sexualidade.

Como afirmam os autores Moizés e Bueno (2010), uma das maiores dificuldades das famílias em lidar com o assunto da sexualidade é o fato de a sociedade associá-la à obscenidade, a algo sujo, pecaminoso e proibido. É importante salientar que a educação sexual deve ser realizada de maneira a construir e fornecer conhecimentos que esclareçam dúvidas sobre a sexualidade humana, quebrando paradigmas e desmistificando qualquer ideia equivocada que associe a sexualidade à impureza ou a um ato sexual. Em 1975, a Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu a sexualidade como:

(. . .) parte integral da personalidade de cada um, é uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado de outros aspectos da vida. Sexualidade não é sinônimo de coito e não

se limita a presença ou não de orgasmo. Sexualidade é muito mais do que isso, é a energia que motiva a encontrar o amor, o contato e a intimidade, se expressa na forma de sentir, na forma de as pessoas tocarem e serem tocadas. A sexualidade influencia o pensamento, sentimentos, ações e interações e tanto a saúde física como a mental. Se a saúde é um direito humano fundamental, a saúde sexual deveria ser considerada um direito humano básico (OMS, 1975 citado por Maia et al., 2018, p. 2).

Já a definição de sexo:

(. . .) relativo ao fato natural, hereditário, biológico, da diferença física entre homem e a mulher e da atração um pelo outro para a reprodução. No mundo moderno o significado dominante do termo passa a ser *fazer sexo*, referindo-se às relações físicas para o prazer sexual. No senso comum é relação sexual, orgasmo, órgãos genitais (Guimarães, 1995, p. 24).

Diante do exposto, é fundamental compreender que a Educação Sexual não é ensinar a criança a fazer sexo, um equívoco comum que contribui para a resistência em incluir o tema no currículo escolar. Muitas vezes, as pessoas associam a educação sexual a um ensino explícito sobre práticas sexuais, o que gera desconforto e preconceito. No entanto, essa visão restrita não faz justiça à verdadeira importância da Educação Sexual, que vai muito além do simples ensino de comportamentos sexuais.

(. . .) é um processo de ensino e aprendizagem com base em um currículo sobre os aspectos cognitivos, emocionais, físicos e sociais da sexualidade. Tem por objetivo transmitir conhecimentos, habilidades, atitudes e valores a crianças, adolescentes e jovens de forma a fornecer-lhes autonomia para: garantir a própria saúde, bem estar e dignidade; desenvolver relacionamentos sociais e sexuais de respeito; considerar como suas escolhas afetam o bem-estar próprio e o de outras pessoas; entender e garantir a proteção de seus direitos ao longo de toda a vida (Unesco, 2019, p. 16).

A sexualidade é uma parte integral da vida, manifestando-se desde o nascimento, passando pela infância, adolescência, e se estendendo pela vida adulta e envelhecimento. Portanto, quando falamos em Educação Sexual, estamos falando em promover um entendimento amplo sobre esse campo, respeitando as faixas etárias e o nível de compreensão das crianças.

2. 2 O currículo escolar da Educação Infantil.

A educação infantil, como um direito garantido para crianças, só se tornou realidade por meio das lutas de movimentos feministas e outros movimentos sociais. Ao longo da história, as crianças receberam diferentes tipos de atendimento. No final do século XIX, as primeiras iniciativas de cuidado infantil surgiram, baseadas em ideias higienistas, ou seja, com o objetivo de garantir a saúde e o bem-estar das crianças. Com o tempo, surgiram as creches, com foco assistencialista, voltadas principalmente para atender crianças de famílias pobres, e os jardins de infância, com um enfoque mais educativo, destinados a crianças de famílias mais ricas. Esse contexto é explicado por Larissa Wayhs Trein Montiel e Magda Sarat (2020, p. 131):

Nas instituições com um caráter mais assistencialistas elas estiveram pautadas na subordinação das crianças e das suas famílias, objetivando subordiná-las a um discurso de aceitação de sua condição social, impedindo-as de reivindicar seus direitos como cidadãos, a instituição se mostra como se o atendimento não fosse um direito do cidadão, mas sim um favor que o Estado estaria fazendo, esse é o aspecto perverso de uma proposta que subordina as classes já subalternizadas. Nas instituições cujas propostas são os jardins de infância ou escolas maternais, a proposta pedagógica levaria a emancipação por estarem pautadas no desenvolvimento cognitivo buscando ampliar as potencialidades da criança, seus saberes e oportunidades, estas por pertencerem a uma classe mais abastada, tem suas oportunidades aumentadas e a perspectiva de uma pedagogia mais libertadora é maior. Deste modo, o que estaria em debate seria os objetivos das propostas que sendo diferenciados imprimem concepções distintas nas formas de atendimento e subalternizam ou emancipam as crianças, as famílias e os grupos sociais.

A partir da Constituição de 1988, a criança passou a ser reconhecida como um sujeito de direitos, o que fez com que o atendimento em creches e pré-escolas para crianças de zero a cinco anos se tornasse uma obrigação do Estado. No entanto, foi apenas com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, que a Educação Infantil foi oficialmente incorporada à Educação Básica, recebendo a mesma importância do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Em 2006, a Educação Infantil passou a abranger essa faixa etária de forma mais ampla (Brasil, 2018).

A Educação Infantil corresponde à primeira etapa da educação básica no Brasil, sendo responsável pela educação escolar das crianças de 0 a 5 anos

de idade. De acordo com o art. 29 da Lei nº 9.394/96 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), a Educação Infantil tem como finalidade "o desenvolvimento integral da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade" (Brasil, 1996).

Um outro marco importante para o Brasil foi a criação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), por meio da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Essa lei estabelece a proteção integral de crianças e adolescentes, garantindo o acesso à educação pública e gratuita, próxima de suas residências. No artigo 53, o ECA ainda assegura o "direito à educação, com o objetivo de promover o pleno desenvolvimento do indivíduo, prepará-lo para o exercício da cidadania e capacitá-lo para o trabalho".

Nesta fase inicial da educação, é essencial abranger diversos aspectos que integram o desenvolvimento social e educacional da criança, sendo fundamental para seu crescimento integral, tanto no aspecto cognitivo quanto emocional e social. A escola é o ambiente onde as crianças passam a maior parte do tempo durante o processo de aprendizagem e desempenha um papel fundamental na formação e preparação dos alunos para o futuro. Nesse contexto, além de ensinar os conteúdos previstos no currículo, também é essencial abordar temas relacionados à sexualidade de forma adequada.

Uma importante política pública para a implementação da Educação Sexual nas escolas foi estabelecida em 1997 com os PCN (Brasil, 1998b), um documento de caráter não obrigatório, que inclui a orientação sexual como tema transversal. O objetivo é tratar a sexualidade no contexto escolar como uma questão fundamental na vida das pessoas, abordada de forma ampla e polêmica, influenciada pela história, cultura e evolução social. Essa abordagem permite a reflexão e o debate sobre a sexualidade sem a imposição de valores.

Embora os PCN não sejam exigidos nas escolas, eles representam um "marco histórico significativo e um avanço na luta pela oficialização da Educação Sexual no ambiente educacional, servindo como base para o desenvolvimento de projetos sobre a sexualidade nas escolas de todo o Brasil" (Silva, 2015, p. 21).

Na Educação Infantil, a Educação Sexual pode ser entendida como um processo de orientação voltado para o autocuidado e a higiene corporal, ensinando a importância de lavar as mãos, cuidar das partes íntimas e reconhecer sinais de desconforto físico, favorecendo a autonomia da criança. A BNCC (BRASIL, 2017) reforça que o cuidar e o educar são indissociáveis, garantindo experiências que contribuam para o bem-estar físico e emocional da criança.

Além disso, é essencial trabalhar o respeito aos próprios limites, ajudando a criança a compreender que tem direito sobre o próprio corpo, podendo dizer “não” quando se sente desconfortável ou invadida. A privacidade e o consentimento também podem ser abordados de forma lúdica e acessível, explicando que algumas partes do corpo são íntimas e só podem ser tocadas em situações de cuidado e por pessoas de confiança.

Outro ponto importante é o reconhecimento e a nomeação das partes do corpo, utilizando a terminologia correta, sem apelidos, para que a criança possa se expressar com clareza caso precise comunicar algo. A BNCC prevê ainda experiências que possibilitem a compreensão das diferenças, valorizando a diversidade de corpos, famílias e sentimentos, estimulando a empatia, o respeito e a convivência saudável. Por fim, a expressão das emoções deve ser incentivada, permitindo que a criança fale sobre o que sente, identifique situações que lhe causam alegria, tristeza, medo ou desconforto, fortalecendo sua capacidade de pedir ajuda.

A educação sexual deve começar assim que a criança ingressa na escola, sendo trabalhada em um ambiente que favoreça o aprendizado por meio de dinâmicas e atividades pedagógicas. Não é necessário que a educação sexual seja ministrada em horários fixos, como acontece com as disciplinas tradicionais. Ao contrário, essa abordagem deve ser integrada ao cotidiano escolar, surgindo especialmente quando a criança demonstra curiosidade ou adota comportamentos que exigem a intervenção do professor.

O currículo da educação infantil, ao buscar promover o desenvolvimento integral da criança, se alinha diretamente com a importância de se abordar a educação sexual nesse período. Assim como as crianças são incentivadas a explorar o mundo ao seu redor de forma lúdica e interativa, o ensino sobre

sexualidade também pode ser integrado ao cotidiano escolar, favorecendo uma aprendizagem natural e contínua.

Conforme Maia e Ribeiro (2011), a educação sexual é um processo pedagógico que visa promover uma formação específica e intencional sobre a sexualidade e sobre a constituição do sujeito a partir desses saberes. Tais conhecimentos, entretanto, têm o potencial de impactar profundamente comportamentos, valores, práticas e concepções.

Por isso, é fundamental que sejam discutidos de forma orientada e que promovam a reflexão sobre as próprias percepções. Rocha (2024) acrescenta que, durante os diálogos sobre sexualidade, podem emergir questões relacionadas à saúde emocional das crianças, revelando como elas se entendem e percebem as pessoas ao seu redor — como familiares, amigos, amigas, professores e professoras.

A BNCC, que orienta o currículo da educação infantil, propõe que a educação nesse nível seja dividida em áreas de conhecimento que dialogam entre si, favorecendo o aprendizado de forma integrada. De acordo com a BNCC (BRASIL, 2017), o currículo da educação infantil deve proporcionar “experiências que favoreçam o desenvolvimento integral das crianças, com enfoque na construção de vínculos afetivos e no fortalecimento das capacidades cognitivas, emocionais, sociais e físicas” (p. 13).

A Educação Sexual é uma área fundamental que visa ensinar as crianças a se auto protegerem contra a violência sexual, utilizando atividades pedagógicas adaptadas à sua faixa etária. Embora a BNCC não utilize explicitamente os termos "sexualidade", "Educação Sexual" ou "prevenção à violência sexual", ela estabelece diretrizes claras para o desenvolvimento integral das crianças por meio dos cinco campos de experiência.

Considerando que, na Educação Infantil, as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças têm como eixos estruturantes as interações e a brincadeira, assegurando-lhes os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se, a organização curricular da Educação Infantil na BNCC está estruturada em cinco campos de experiências, no âmbito dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural (BNCC, 2017, p. 42).

Esses campos de experiência permitem que temas relacionados à proteção do corpo, ao respeito pelos limites pessoais e à construção de relações saudáveis sejam trabalhados de maneira adequada desde os primeiros meses de vida até os cinco anos, respeitando as especificidades do desenvolvimento infantil.

Assim, é possível abordar a temática da violência sexual e da autonomia corporal, assegurando que o currículo seja cumprido de forma lúdica e educativa, promovendo o conhecimento, a autoestima e a segurança das crianças. Nos próximos capítulos, os cinco campos de experiência serão explorados detalhadamente, evidenciando como cada um pode ser utilizado para trabalhar esses temas de forma integrada e apropriada para a educação infantil.

3 OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Compreende-se que a Educação Sexual vai além dos aspectos biológicos e naturais, sendo também uma ferramenta essencial na prevenção de violência e abuso sexual contra crianças. Todo ano, novas pesquisas e estudos são conduzidos por instituições governamentais e não governamentais sobre o tema. Um aspecto comum entre essas análises são os dados preocupantes sobre a violência e o abuso sexual infantil.

Frequentemente, vemos notícias sobre ações de enfrentamento a esses crimes que na maioria das vezes, têm um caráter punitivo, ou seja, buscam resolver o problema após sua ocorrência. De acordo com o 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), 61,4% das vítimas de estupro no Brasil têm até 13 anos. Além disso, a maioria dos agressores (64,4%) são familiares diretos das vítimas. Esses números destacam a gravidade da violência sexual infantil e a necessidade urgente de políticas públicas de prevenção e proteção (Fórum, 2023).

Atualmente, tem ganhado espaço a discussão sobre a educação sexual como forma de prevenção a crimes sexuais. Isso porque se percebeu que o acesso à informação favorece a reflexão, o entendimento e a ampliação dos debates sobre o assunto.

Como objetivos específicos incluem a aplicação da educação sexual na infância, visando proporcionar o aprendizado sobre o próprio corpo e a compreensão da importância da preservação e higienização do mesmo, além de trabalhar o diálogo com os pais e/ou responsáveis sobre qualquer tipo de violação, por menor que possa ser, possibilitando, assim a redução e o combate à violência sexual de crianças (Teixeira, 2022, p. 01).

É desafiador para as crianças, especialmente aquelas em seu ciclo de confiança, identificar comportamentos que não sejam apenas brincadeiras ou gestos de carinho. Isso se deve ao fato de que, na primeira infância, elas ainda estão em processo de construção de valores e conceitos sociais, sem experiências suficientes para distinguir atitudes abusivas ou inadequadas. Quando uma criança recebe orientação clara sobre sua sexualidade, ela se torna mais capaz de identificar comportamentos impróprios. Isso permite que

ela reconheça ações abusivas e busque ajuda de um adulto confiável. Informações simples, transmitidas de forma apropriada para a idade, são poderosas ferramentas de proteção, pois o conhecimento se torna o principal recurso que a criança pode usar para tentar se defender.

A falta de uma abordagem adequada de educação sexual na Educação Infantil pode resultar em consequências graves, especialmente em relação à prevenção de abuso e violência sexual. Sem orientação sobre o próprio corpo, consentimento, limites pessoais e como identificar situações de risco, as crianças se tornam mais vulneráveis, inclusive a abusos cometidos por pessoas do seu convívio familiar ou social.

Contudo, a escola, como um ambiente formativo, tem um papel fundamental na promoção do cuidado, proteção e autonomia das crianças. Nesse contexto, a educação sexual assume um caráter preventivo, permitindo que as crianças desenvolvam habilidades para se proteger e comunicar situações que gerem desconforto ou ameaça. Negligenciar essa abordagem compromete o direito das crianças de crescerem seguras, informadas e protegidas.

No entanto, existem grandes barreiras e implicações que dificultam a construção desse conhecimento na educação infantil. Fatores como resistência cultural, falta de preparo adequado de professores, e até mesmo a visão de que a educação sexual deve ser restrita ao âmbito familiar, impedem a implementação eficaz de programas de educação sexual nas escolas.

3.1 Falta de formação adequada para professores

Na Educação Infantil, existem desafios significativos ao abordar a Educação Sexual. Além dos tabus, preconceitos e paradigmas relacionados ao tema, há uma lacuna na formação dos profissionais que atuam com esse público. Constantina Xavier Filha (2012, p. 61) aponta que "nos últimos anos, surgiu um receio de discutir sobre sexualidade com as crianças" no ambiente educativo, devido ao medo de interpretações equivocadas por parte das crianças e também de suas famílias.

Esse receio reflete a insegurança dos educadores, que muitas vezes não receberam formação adequada, seja inicial ou continuada, para tratar dessa temática, embora, no cotidiano de suas práticas, se deparem com diversas manifestações da sexualidade infantil.

Em contraposição ao receio dos educadores, e reconhecendo a importância da educação sexual na infância, entende-se que o ambiente escolar é apropriado para o desenvolvimento da criança, contribuindo para a formação de uma sociedade mais consciente de seus direitos e para o exercício da cidadania. Nesse contexto, “a escola tem sido apontada como a instituição mais indicada pelas autoridades educacionais, pelos especialistas e pela sociedade em geral como o espaço mais adequado para a realização da Orientação Sexual” (Ribeiro, 1990, p. 31).

É indispensável que as crianças sejam orientadas sobre a violência e exploração sexual, aprendendo a se proteger e a pedir ajuda. A escola é um espaço privilegiado para desenvolver ações educativas que promovam uma sexualidade saudável, pensamento crítico e consciência social, além de contribuir para a proteção infantil (Leão; Muzzeti, 2018).

Nesse contexto, o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, criado em 2000 pelo CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), tornou-se uma referência ao propor diretrizes para políticas públicas e ações preventivas. Um dos seus eixos estratégicos, o da prevenção, destaca a importância da educação na sensibilização e autodefesa (Gadelha, 2013).

Segundo Santos e Ippólito (2011), a escola pode contribuir tanto por meio da prática pedagógica quanto pela articulação com a rede de proteção, o que fortalece o enfrentamento da violência. Um dos maiores desafios ainda é a formação adequada dos profissionais que atuam diretamente com as crianças. Os cursos de Pedagogia não oferecem formação em Educação Sexual, o que leva muitos profissionais a atuarem com base apenas em experiências pessoais, e quando atuam (Leão et al., 2010).

No entanto, o professor tem um papel central na vida das crianças, muitas vezes sendo quem passa mais tempo com elas, o que facilita a percepção de mudanças comportamentais. Com uma formação adequada

sobre violência sexual, o educador pode identificar sinais de abuso, oferecer um ambiente seguro para a criança se expressar, realizar a denúncia e ajudar a romper o ciclo de violência (Sanderson, 2005).

Apesar disso, muitos ainda desconhecem os direitos das crianças ou, mesmo conhecendo, se omitem diante de casos de abuso, deixando de agir ou denunciar (Inoue; Ristum, 2008). Por outro lado, o silêncio de muitos professores diante da violência sexual pode estar ligado ao medo de represálias por parte das famílias envolvidas ou à recusa em lidar com questões judiciais complexas. Muitos não acreditam que a denúncia realmente garantirá a proteção da criança (Spaziani, 2013).

A prevenção primária, por sua vez, envolve ações voltadas tanto para os estudantes quanto para a comunidade escolar, com o objetivo de reduzir os fatores que favorecem a violência sexual infantil por meio de atividades educativas (Santos & Ippólito, 2011). Assim, a Educação Sexual na infância, dentro do ambiente escolar, busca esclarecer dúvidas sobre sexualidade, orientar quanto a comportamentos como autoerotismo, brincadeiras e conversas entre colegas, além de ensinar as crianças a se protegerem e também a,

discernir um ato de violência, assim como a se autoprotger, garantindo o seu direito de dizer “não” às investidas sexuais do/a perpetrador/a, bem como revelando o segredo solicitado a alguém de sua confiança. Isso pode ser feito por meio da leitura de livros infantis sobre a prevenção da violência sexual ou, até mesmo, por meio da apresentação de filmes, teatros ou dramatizações sobre o tema. Tais habilidades de autoproteção não delegam à criança a responsabilidade por não ser vítima de violência – essa responsabilidade é sempre do adulto – mas garantem o direito infantil à informação (Spaziani & Maia, 2015, p. 62).

Os educadores que atuam com crianças ainda demonstram desconforto ao lidar com temas relacionados à sexualidade infantil, especialmente quando se trata de violência sexual, devido a tabus, preconceitos e repressões históricas, como citados no início deste capítulo. No entanto, compreender o desenvolvimento da sexualidade na infância é essencial para reagir de forma natural diante de comportamentos como toques nas genitais, perguntas sobre o corpo ou manifestações que podem indicar abuso sexual (Monteiro; Storto, 2019).

Para a criança, essas expressões podem se tornar naturais; a dificuldade, muitas vezes, está na sensibilidade do olhar adulto. Quando os profissionais recebem formação adequada sobre sexualidade infantil e prevenção à violência sexual, podem contribuir significativamente tanto para o enfrentamento do abuso quanto para o desenvolvimento psicossocial das crianças e sua formação cidadã (Leão, Ribeiro & Bedin, 2010).

A Educação Sexual, nesse contexto, é uma área fundamental que ensina as crianças a se protegerem, por meio de atividades planejadas conforme a faixa etária. Embora a BNCC não mencione explicitamente os termos “sexualidade” ou “prevenção à violência sexual”, como citado anteriormente, é possível trabalhar esses temas de forma transversal com crianças desde os primeiros meses até os cinco anos de idade (Ministério da Educação, 2018).

Apesar das implicações que envolvem o tema, a sexualidade é uma questão fundamental e precisa ser abordada no contexto escolar. No entanto, os pedagogos enfrentam diversos desafios, dificuldades e barreiras no exercício dessa prática em seu cotidiano profissional. Por isso, é essencial que os professores estejam em constante formação, buscando adquirir conhecimentos e estratégias que possibilitem uma abordagem sensível, segura e eficaz do tema.

Essa preparação não apenas contribui para a melhoria da qualidade de vida das crianças no ambiente escolar, como também influencia positivamente em suas atitudes e comportamentos, com reflexos significativos ao longo da sua vida adulta.

3.2 Ausência de diretrizes claras nos documentos oficiais.

Conforme citado anteriormente, os PCNs foram oficialmente lançados pelo Ministério da Educação (MEC) do Brasil em 1997. Eles foram criados com o objetivo de orientar e uniformizar o currículo escolar nas escolas brasileiras, oferecendo diretrizes para a elaboração de conteúdos e práticas pedagógicas, incluindo a Educação Sexual. Os PCNs abordam as competências e habilidades que os alunos devem desenvolver em diferentes etapas da

educação básica, com a intenção de promover um ensino de qualidade e mais inclusivo (Brasil, 1997).

De acordo com as orientações os PCNs a educação sexual nas escolas integra a psicologia educacional prática ao desenvolvimento humano, sendo fundamental que as instituições de ensino, ao reconhecerem a educação sexual como parte de suas atribuições, a incluam em seus currículos. Isso implica em estabelecer diretrizes que orientem esse trabalho no ambiente escolar (Brasil, 1998).

Conforme apontam Souza et al. (2017), muitos professores reconhecem a importância de integrar a educação sexual ao processo de aprendizagem dos alunos. No entanto, devido à falta de capacitação, muitos ainda não se sentem seguros para abordar o tema da sexualidade na escola. Figueiró (2006) também destaca a necessidade de uma formação específica para os educadores, especialmente no campo da sexualidade, a fim de prepará-los adequadamente para lidar com essa temática:

Creio que a temática “sexualidade” pode ser um ponto capital na formação continuada, ou seja, no exercício de busca de crescimento pessoal e profissional do professor. Penso que se a formação continuada for desenvolvida tendo como centro a sexualidade, poderá haver significativo progresso no relacionamento professor-aluno e em todo o processo de ensino e aprendizagem. Ainda, especialmente, poderá haver significativo progresso no trabalho do professor, pois, refletir sobre questões ligadas à sexualidade e à educação sexual contribui sobre a maneira para repensar o papel do professor (Figueiró, 2006, p. 93-94).

Werebe (1998) destaca que todos os professores, independentemente da disciplina que ensinam, exercem uma influência no campo da educação sexual, seja de forma consciente ou inconsciente. "A proposta para orientação sexual, de acordo com os PCNs, é que a escola trate da sexualidade como algo fundamental na vida das pessoas" (Brasil, 1998, p. 67). Assim, os parâmetros partem da premissa de que as escolas devem reconhecer a sexualidade como um aspecto essencial da vida do indivíduo na sociedade, com o objetivo central de promover a cidadania.

Maistro (2006) afirma que os PCNs sugerem que as escolas considerem seu currículo e as necessidades da comunidade escolar em relação à sua realidade, incentivando a diversificação das práticas pedagógicas

dos educadores. Isso tem o potencial de superar as limitações das atividades formais e ampliar as oportunidades de formação para os alunos.

Diante do exposto, essa abordagem representa um avanço relevante para a inclusão da Educação Sexual no ambiente educacional. Por outro lado, o surgimento desses PCNs, não trouxeram consigo nenhuma iniciativa governamental para preparar os profissionais da educação para lidar com a temática da sexualidade em contexto educativo, haja vista que o tema envolve muitos tabus, preconceitos, valores pessoais por vezes construídos a partir da repressão sexual, que atravessam a vida de cada um (Leão, Ribeiro, & Bedin, 2010).

Com base na Constituição Federal, em seu artigo 205, assegura que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa” (Brasil, 1988). Já o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, dispõe em seu artigo 7º que “a criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições de existência”.

Como afirma Ribeiro (2002), esses dois documentos são leis, que dão base à formulação de políticas públicas fundamentais para garantir os direitos e a dignidade da pessoa humana. Nesse contexto, a sexualidade não pode ser tratada como uma exceção, pois é essencial e faz parte do desenvolvimento integral do ser humano e “não pode ser deixada de lado nos programas desenvolvidos nos diferentes setores governamentais” (p. 52).

Após a implementação dos PCNs, que orientaram o ensino no Brasil por décadas, a BNCC, surge como uma atualização necessária frente às transformações sociais, culturais e tecnológicas que impactaram a educação ao longo dos anos.

Nesse sentido, a BNCC amplia e aperfeiçoa os conceitos e diretrizes presentes nos PCNs, buscando garantir uma educação mais inclusiva, democrática e alinhada às demandas contemporâneas da sociedade e do mercado de trabalho. Dessa forma, a elaboração da BNCC reforça a compreensão de que a escola deve transcender a simples transmissão de

conteúdo, priorizando a formação integral do estudante, contemplando aspectos cognitivos, sociais, emocionais e físicos.

A BNCC, instituída como documento normativo de caráter nacional, orienta a Educação Básica no Brasil, estabelecendo um conjunto de aprendizagens essenciais a serem asseguradas em todas as etapas e modalidades da educação (Brasil, 2018). Assim, busca-se garantir que todos os estudantes tenham direito à aprendizagem e ao desenvolvimento, em conformidade com as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), reduzindo desigualdades históricas presentes no sistema educacional brasileiro.

Portanto, mais do que uma continuidade dos PCNs, a BNCC representa uma proposta de reorganização curricular fundamentada em competências e habilidades, promovendo uma educação mais dinâmica, contextualizada e orientada para a formação cidadã e para a inserção dos estudantes no mundo contemporâneo.

Ademais, a elaboração da BNCC teve início em 2015, quando o Ministério da Educação (MEC), por meio da Portaria nº 592, criou um grupo responsável pela redação do documento, em parceria com o Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação) e a Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação).

Esse grupo ficou encarregado de desenvolver a proposta da Base. Durante o processo, o texto passou por diversas consultas públicas, até ser finalizado e apresentado oficialmente em sua versão definitiva no ano de 2018, como relata o autor Tomazini (2020).

O documento foi alvo de intensos debates e após sua homologação recebeu muitas críticas sobre o processo de construção do texto e a retirada dos termos “gênero” e “orientação sexual” da versão final. Tal fato fomenta o controle da prática educacional e a crescente de movimentos antidemocráticos como a Escola Sem Partido, que defende uma educação sem “doutrinação marxista” e sem “ideologia de gênero” (Tomazini, 2020, p. 39-40).

Em consequência, a mudança na abordagem adotada pela BNCC (2017) marca um distanciamento significativo em relação às orientações anteriores, como as dos PCNs. Enquanto os PCNs (1997) propunham o início da educação sexual já na Educação Infantil, com conteúdos adaptados às

diferentes etapas de ensino, a BNCC optou por excluir, em sua versão final de abril de 2017, as referências aos termos “gênero” e “orientação sexual”.

Além disso, suprimiu diretrizes específicas sobre Educação Sexual nas fases iniciais da escolarização, o que, segundo Fernandes e Lorenzetti (2019), representa um retrocesso nas políticas educacionais voltadas à formação integral dos estudantes. Porém, a BNCC se propõe a garantir a equidade na educação, ao estabelecer um conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver, independentemente da rede de ensino.

Para tanto, fundamenta-se em seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento — conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se — com o objetivo de assegurar que as particularidades de cada criança sejam respeitadas e acolhidas ao longo do processo educativo (Ministério da Educação, 2018).

Durante toda a Educação Básica, as aprendizagens essenciais previstas pela BNCC devem garantir aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais. Essas competências são guiadas por princípios éticos, políticos e estéticos, com o objetivo de promover a formação integral do indivíduo e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva (Ministério da Educação, 2018, p. 7).

Percebe-se que a BNCC propõe um compromisso com a Educação Integral; no entanto, o termo “sexualidade” não é mencionado em nenhum trecho do documento, incluindo a etapa da Educação Infantil. Esse silêncio é preocupante, especialmente considerando que diversas pesquisas reconhecem a sexualidade como um aspecto fundamental do desenvolvimento humano — como já mencionado neste trabalho, a partir de diversos autores.

Nesse contexto, impõe-se uma reflexão crítica: de que maneira um documento que se propõe a orientar processos educativos intencionais, alinhados às necessidades e aos interesses dos estudantes, pode negligenciar um tema tão relevante para a formação integral como a sexualidade?

Ainda que essa temática não seja abordada de forma direta, a BNCC delega aos sistemas e redes de ensino, bem como às instituições escolares, a responsabilidade de incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas temas contemporâneos que influenciam a vida humana em diferentes escalas

— local, regional e global —, preferencialmente por meio de abordagens transversais e integradoras. Como afirma o documento:

Cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: direitos da criança e do adolescente (Lei n. 8.069/1990) (Brasil, 2018, p. 19).

Rocha (2024) destaca que a sexualidade constitui uma dimensão essencial da vida humana, não podendo ser compreendida de forma isolada. Ela está intrinsecamente ligada aos nossos pensamentos, sentimentos e comportamentos, influenciando diretamente a forma como nos relacionamos com os outros.

Além disso, essa conexão se estende ao bem-estar em diversas esferas, como a saúde física, mental, espiritual, social, familiar e até mesmo financeira, evidenciando o quanto esses aspectos estão interligados. Nesse sentido, a autora ressalta que “trata-se de um aspecto central da nossa personalidade e identidade” (p. 21).

Contudo, a formação dos profissionais da educação ainda não corresponde à qualificação necessária para que possam conduzir e mediar adequadamente conversas e reflexões sobre temas relacionados à educação sexual (Alves et al., 2022). Diante disso, torna-se urgente repensar tanto a formação inicial quanto a formação continuada desses educadores e educadoras.

Nessa perspectiva, Louro (2013) aponta que a escola adota uma abordagem pedagógica em relação à sexualidade marcada pelo controle dos corpos — uma prática muitas vezes sutil e discreta, mas que se revela eficaz e persistente ao longo do tempo.

A autora destaca, ainda, que instituições escolares, as quais deveriam funcionar como espaços de aprendizado, acabam, paradoxalmente, por se tornar ambientes de ocultamento no que se refere à sexualidade. Dessa forma, o lugar destinado à construção do conhecimento transforma-se em um espaço

de desconhecimento e silenciamento sobre o tema — uma realidade que precisa, urgentemente, ser superada.

4 A EDUCAÇÃO SEXUAL CONTRIBUINDO NO DESENVOLVIMENTO DA COMPREENSÃO DA CRIANÇA SOBRE O PRÓPRIO CORPO E SEUS LIMITES.

A BNCC orienta que a Educação Infantil deve ser fundamentada na indissociabilidade entre o cuidar e o educar, compreendendo o cuidado como parte essencial do processo educativo (Ministério da Educação, 2018, p. 36). Nesse sentido, creches e pré-escolas têm como responsabilidade acolher as experiências e os saberes que as crianças trazem do ambiente familiar e da comunidade, integrando-os às propostas pedagógicas.

O objetivo é ampliar o repertório de vivências, conhecimentos e habilidades das crianças, promovendo aprendizagens diversificadas e contribuindo de forma complementar à educação oferecida pela família. Essa complementaridade é ainda mais relevante na educação de bebês e crianças, cujas aprendizagens – como socialização, comunicação e autonomia – estão fortemente ligadas aos contextos familiar e escolar (Ministério da Educação, 2018, p. 36).

A Educação Infantil, por ser a etapa inicial e base do processo educacional, deve articular o cuidado e a educação, considerando os conhecimentos prévios das crianças como ponto de partida para o desenvolvimento de novas aprendizagens. É fundamental, portanto, que haja diálogo constante e o compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de ensino e a família (Ministério da Educação, 2018).

A BNCC define a criança como um,

“sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura” (Ministério da Educação, 2018, p. 37).

Ainda que vivenciem diferentes infâncias, todas as crianças têm o direito de participar das mesmas atividades no ambiente escolar, as quais são organizadas com base em uma estrutura pedagógica intencional. As interações

e as brincadeiras constituem os eixos estruturantes das práticas pedagógicas na Educação Infantil.

Elas são fundamentais para a aprendizagem, o desenvolvimento e a socialização, e exigem ações educativas planejadas de forma consciente e intencional. Dessa maneira, é possível assegurar os direitos de aprendizagem previstos na BNCC e promover o desenvolvimento integral das crianças.

4.1 Vivências e Aprendizagens: Integrando a Educação Sexual aos Campos de Experiência

A BNCC organiza a Educação Infantil em cinco campos de experiências, por meio dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para cada faixa etária. Esses campos têm como finalidade articular os saberes culturais e científicos ao universo de experiências que as crianças trazem de seus contextos extraescolares.

Um desses campos é **“O eu, o outro e o nós”**, que visa promover a interação das crianças com seus pares e com os adultos. Por meio dessas interações, elas vão construindo maneiras próprias de agir, sentir e pensar, ao mesmo tempo em que percebem a existência de outras formas de vida, diferentes pessoas e múltiplos pontos de vista (Ministério da Educação, 2018, p. 40).

Conforme vivem suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição escolar, na coletividade), constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais. Ao mesmo tempo em que participam de relações sociais e de cuidados pessoais, as crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio. Por sua vez, na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas. Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres (Ministério da Educação, 2018, p. 40).

O senso de autocuidado pode ser compreendido como o processo pelo qual as crianças desenvolvem gradualmente o conhecimento sobre si mesmas. Esse processo envolve o reconhecimento de emoções e sentimentos, a

identificação de seus limites e potencialidades, bem como a aprendizagem de estratégias para se manterem seguras, calmas e confiantes diante de situações emocionalmente desafiadoras nas interações sociais que vivenciam (Rico, 2023).

Sentimentos como culpa, medo e vergonha são frequentemente experimentados por crianças vítimas de violência sexual, conforme aponta Safiotti (1989). Nesse cenário, a atuação atenta e qualificada de profissionais da educação pode ser fundam

ental para ajudar a romper ciclos de violência que, muitas vezes, se perpetuam no ambiente familiar. O Campo de Experiência **“O eu, o outro e o nós”** oferece possibilidades pedagógicas para abordar tais questões, promovendo interações que favorecem o desenvolvimento emocional, social e relacional das crianças.

Quando se fala em cuidados pessoais, a BNCC destaca a importância da criança aprender a conhecer, cuidar e respeitar o próprio corpo, expressando suas sensações durante atividades como alimentação, higiene, brincadeiras e momentos de descanso. Também é essencial que ela valorize suas características corporais e respeite as diferenças dos outros com quem convive, sejam crianças ou adultos (Ministério da Educação, 2018).

No cotidiano das instituições de Educação Infantil, especialmente no atendimento a crianças bem pequenas que ainda utilizam fraldas, a prática de higiene realizada por professores e auxiliares se torna uma oportunidade educativa para ensinar respeito aos limites do corpo. Com o tempo, as crianças adquirem autonomia, passando pelo processo de desfralde e aprendendo noções básicas de higiene e proteção corporal. Esses momentos devem ser conduzidos de forma lúdica, planejada e intencional, de modo a também contribuir para a prevenção da violência sexual.

Dentro desse campo de experiência, é possível desenvolver ações de Educação Sexual voltadas à prevenção, por meio de atividades que abordem o cuidado com o corpo, o nome correto das partes corporais, e a construção do senso de proteção e respeito aos próprios limites.

As crianças podem ser orientadas, desde cedo, a compreender quais toques são apropriados, quem são os adultos de confiança autorizados a

realizar cuidados íntimos, e em que contextos determinadas ações são aceitáveis (por exemplo, em público ou em privado). Roda de conversa sobre emoções e sentimentos ligados ao corpo e aos toques também são estratégias eficazes para fortalecer a autonomia, a autoestima e a segurança da criança frente a possíveis situações de risco.

O Campo de Experiência “**Corpo, gestos e movimentos**” destaca a importância do corpo da criança como elemento central nas práticas pedagógicas da Educação Infantil. Por meio da exploração dos espaços, objetos e das interações com o ambiente ao seu redor, as crianças começam a estabelecer relações utilizando seus sentidos e múltiplas formas de expressão.

A BNCC enfatiza que, ao utilizarem diferentes linguagens — como a música, a dança, o teatro e as brincadeiras de faz de conta — as crianças se comunicam e se expressam por meio da integração entre corpo, emoção e linguagem.

As crianças conhecem e reconhecem as sensações e funções de seu corpo e, com seus gestos e movimentos, identificam suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a consciência sobre o que é seguro e o que pode ser um risco à sua integridade física. Na Educação Infantil, o corpo das crianças ganha centralidade, pois ele é o partícipe privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão. Assim, a instituição escolar precisa promover oportunidades ricas para que as crianças possam, sempre animadas pelo espírito lúdico e na interação com seus pares, explorar e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo (Brasil, 2018, p. 40).

Esse campo de experiência possibilita o planejamento de atividades pedagógicas que abordem, de forma sensível e adequada, situações que representem riscos à integridade física da criança. É essencial que ela desenvolva, desde cedo, conhecimentos que a ajudem a reconhecer situações de violência sexual, especialmente no ambiente intrafamiliar, e saiba como pedir ajuda.

Para isso, podem ser utilizadas estratégias lúdicas e adaptadas à faixa etária, como teatros, músicas e histórias que incentivem a reflexão e favoreçam a identificação de situações de perigo. Ao ser envolvida ativamente nesse processo, a criança vivencia aprendizagens significativas, fortalecendo seu senso de autoproteção e promovendo sua segurança e bem-estar.

O Campo de Experiência **“Traços, sons, cores e formas”** tem como objetivo ampliar o repertório artístico e cultural das crianças no contexto escolar, por meio de vivências diversificadas que estimulem a imaginação, a criatividade e a expressão. Essas experiências contribuem para o desenvolvimento do senso ético, estético e crítico das crianças em relação a si mesmas, aos outros e ao mundo que as cerca.

como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras. Com base nessas experiências, elas se expressam por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos. Essas experiências contribuem para que, desde muito pequenas, as crianças desenvolvam senso estético e crítico, o conhecimento de si mesmas, dos outros e da realidade que as cerca. Portanto, a Educação Infantil precisa promover a participação das crianças em tempos e espaços para a produção, manifestação e apreciação artística, de modo a favorecer o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade e da expressão pessoal das crianças, permitindo que se apropriem e reconfigurem, permanentemente, a cultura e potencializem suas singularidades, ao ampliar repertórios e interpretar suas experiências e vivências artísticas (Brasil, 2018, p. 42).

Diversas atividades artísticas podem ser desenvolvidas a partir da temática da prevenção à violência sexual na infância, utilizando recursos como músicas, dramatizações, colagens, pinturas, modelagens e fotografias. Essas produções possibilitam a criação de exposições internas, tanto na sala de aula quanto em espaços comuns da instituição, como o pátio, promovendo momentos de apreciação estética e reflexão. Além disso, tais atividades podem ser integradas a projetos que envolvam as famílias e os responsáveis, contribuindo para a conscientização coletiva sobre a importância do tema e fortalecendo o diálogo entre escola e comunidade.

O Campo de Experiência **“Escuta, fala, pensamento e imaginação”** proporciona situações pedagógicas que estimulam a comunicação, a oralidade, a criatividade e o contato inicial com a linguagem escrita. Através da vivência com diferentes gêneros literários — como histórias, contos, fábulas, poemas e cordéis — as crianças desenvolvem familiaridade com os livros, aprendem a diferenciar ilustrações de texto, compreendem a direção da escrita e exploram formas adequadas de manusear materiais literários (BRASIL, 2018, p. 42).

Tais experiências favorecem não apenas o desenvolvimento da linguagem, mas também o pensamento simbólico, a imaginação e a construção de sentido sobre o mundo.

Desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem. As primeiras formas de interação do bebê são os movimentos do seu corpo, o olhar, a postura corporal, o sorriso, o choro e outros recursos vocais, que ganham sentido com a interpretação do outro. Progressivamente, as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua materna – que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação. Na Educação Infantil, é importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social (Ministério da Educação, 2018, p. 42).

Na literatura infantil, alguns autores se dedicam a criar livros e ilustrações que abordam a prevenção da violência sexual na infância, adaptando a linguagem e o conteúdo para diferentes faixas etárias. Por exemplo, a autora Caroline Arcari (2013) desenvolveu duas obras — *Pipo e Fifi* e *Fifi e Pipo para bebês* — que utilizam personagens divertidos, dois monstros, para apresentar conceitos importantes como as partes íntimas do corpo, o consentimento e a identificação de pessoas de confiança próximas à criança. Enquanto um livro é voltado para bebês, o outro é direcionado a crianças a partir de três anos, sendo ambos adequados para uso em contextos educativos.

Outro exemplo é o livro *Não me toca seu boboca*, de Andrea Viviana Taubman (2020), recomendado para crianças com mais de quatro anos. A narrativa lúdica envolve animais e conta a história de Ritoca, uma coelha que enfrenta um tio aparentemente gentil, mas que acaba se tornando uma ameaça. O enredo transmite uma mensagem clara sobre a importância de reconhecer toques inadequados.

Além disso, *O segredo da Tartanina*, escrito por Alessandra Rocha Santos Silva, Scheila Maria Prado Soma e Cristina Fukumori Watarai (2011), também destinado a crianças acima de quatro anos, aborda o tema dos

segredos e dos perigos por meio de uma narrativa ambientada no fundo do mar. A personagem principal, uma tartaruga marinha, sofre uma situação desconfortável relacionada a fotografias indevidas, mas conta com a ajuda de um amigo para superar o problema.

Esse livro serve como um recurso para conversar com as crianças sobre diferentes tipos de segredos e riscos tanto na vida real quanto no ambiente digital, além de orientá-las sobre a importância de preservar a privacidade corporal. Existem ainda outras obras que tratam dessa temática, promovendo momentos de reflexão durante as contações de história. Por meio desses relatos, as crianças podem se identificar com os personagens, compreender quais toques são considerados inadequados e aprender a buscar ajuda junto a adultos de confiança, contribuindo para interromper possíveis ciclos de violência.

O Campo de Experiência **“Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”** tem como objetivo promover o desenvolvimento da percepção infantil em relação a noções de espaço, tempo, quantidade, bem como às relações e transformações que ocorrem tanto nos fenômenos naturais quanto nos contextos socioculturais.

As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais. Desde muito pequenas, elas procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstram também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.). Além disso, nessas experiências e em muitas outras, as crianças também se deparam, frequentemente, com conhecimentos matemáticos (contagem, ordenação, relações entre quantidades, dimensões, medidas, comparação de pesos e de comprimentos, avaliação de distâncias, reconhecimento de formas geométricas, conhecimento e reconhecimento de numerais cardinais e ordinais etc.) que igualmente aguçam a curiosidade. Portanto, a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano (Ministério da Educação, 2018, p. 42).

A manipulação de diferentes materiais, como massinha de modelar, bonecos e figuras, possibilita fortalecer os conhecimentos das crianças sobre a prevenção à violência sexual na infância. Essa prática deve ser contextualizada e conduzida de forma planejada e intencional, com respostas verdadeiras e adequadas aos questionamentos que as crianças possam trazer sobre sexualidade.

Gradualmente, o campo de experiência **“Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”** contribui para o desenvolvimento de habilidades relacionadas a conceitos temporais básicos — como agora, antes, durante, depois, ontem, hoje e amanhã — o que pode ser fundamental para que a criança situe no tempo episódios de violência sexual, caso ocorra uma revelação espontânea.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo que orienta a elaboração dos currículos da Educação Básica no Brasil, tem como princípio garantir o direito de aprendizagem a todas as crianças, respeitando suas necessidades, interesses e ritmos de desenvolvimento. Na etapa da Educação Infantil, a BNCC está organizada em cinco campos de experiências que valorizam as interações, a brincadeira e as vivências cotidianas das crianças.

Apesar de não apresentar de forma direta o tema da Educação Sexual ou da prevenção da violência sexual infantil, a BNCC permite, por meio de seus objetivos de aprendizagem, a construção de propostas pedagógicas que abordem tais temas de forma sensível, ética e adequada à faixa etária.

O ECA estabelece, no artigo 17, que a criança tem o direito à integridade física, psíquica e moral, incluindo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças (BRASIL, 1990). No artigo 5º, assegura-se que nenhuma criança será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Dessa forma, a Educação Sexual na infância, quando realizada de forma ética, lúdica e adequada ao desenvolvimento infantil, se apresenta como uma ferramenta legítima de prevenção e proteção, contribuindo para que a criança

compreenda o próprio corpo, seus limites e aprenda a pedir ajuda quando necessário.

Embora o documento não se comprometa de forma direta com a Educação Sexual ou com a prevenção à violência sexual infantil, há sim espaços pedagógicos e brechas legais que permitem a inclusão dessas temáticas no cotidiano escolar. Cabe ao educador assumir uma postura ativa, sensível e crítica diante dos objetivos propostos, utilizando-se das brechas curriculares para planejar ações que promovam a escuta, o respeito, o cuidado e a autonomia das crianças.

É necessário reconhecer que o silêncio sobre a sexualidade infantil e sobre a violência sexual pode contribuir para a perpetuação de práticas abusivas e para a negligência dos direitos da criança. Por isso, a Educação Infantil, ao valorizar a escuta, o brincar, o corpo e as interações, pode e deve ser um espaço de proteção e de desenvolvimento integral. O conhecimento gera proteção, e a Educação Sexual, mesmo que não nomeada pela BNCC, é uma estratégia potente de enfrentamento à violência sexual infantil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como propósito analisar de que maneira a educação sexual pode contribuir para a compreensão da criança sobre o próprio corpo, o corpo do outro e para a prevenção da violência sexual infantil, com base nas diretrizes da Educação Infantil à luz da BNCC. A pesquisa permitiu compreender que a educação sexual é um direito fundamental das crianças, sendo um instrumento essencial para sua formação integral, atuando diretamente na promoção da autonomia, da consciência corporal, do respeito aos limites pessoais e da autoproteção.

A análise bibliográfica evidenciou que a violência sexual infantil é uma problemática histórica e social que permanece alarmante no Brasil, vitimando milhares de crianças todos os anos, muitas vezes dentro do próprio ambiente familiar. Essa realidade reforça a urgência de medidas preventivas, nas quais a escola, em parceria com a família e com a rede de proteção à criança, desempenha papel estratégico para identificar sinais de abuso, oferecer acolhimento e desenvolver práticas pedagógicas que fortaleçam as crianças diante de possíveis situações de risco.

Ao longo do trabalho, observou-se que a educação sexual ainda enfrenta barreiras significativas no ambiente escolar, como a persistência de tabus culturais, resistências religiosas, preconceitos, desinformação sobre o real objetivo da temática e ausência de uma formação adequada para professores. A BNCC, mesmo sendo um documento norteador da Educação Básica, não apresenta a educação sexual de forma explícita, o que acaba dificultando sua implementação, deixando a cargo das escolas e dos sistemas de ensino a iniciativa de abordar o tema de maneira transversal e intencional.

Os estudos analisados demonstram que, quando desenvolvida de forma lúdica, sensível e adequada à faixa etária, a educação sexual contribui para que as crianças conheçam seu corpo, compreendam o que são toques de cuidado e o que são toques inapropriados, aprendam a identificar situações de perigo e saibam buscar ajuda com um adulto de confiança. A construção desse conhecimento fortalece a autoestima, a autonomia e a capacidade da criança

de estabelecer limites, funcionando como uma ferramenta efetiva de prevenção à violência sexual.

Outro ponto relevante é a formação docente, que surge como um dos principais desafios para a consolidação dessa prática pedagógica. Muitos professores não recebem, durante a graduação ou em formações continuadas, orientações suficientes para lidar com a sexualidade infantil, o que gera insegurança e omissão diante da temática. Investir na capacitação dos profissionais é, portanto, um passo indispensável para que a educação sexual seja abordada com responsabilidade, clareza e intencionalidade pedagógica.

Dessa forma, conclui-se que a inclusão efetiva da educação sexual na Educação Infantil é uma necessidade urgente e um compromisso ético com a proteção das crianças. É fundamental que haja um trabalho conjunto entre família, escola, sociedade e poder público para romper os silêncios e preconceitos que ainda cercam o tema, garantindo que as crianças cresçam conscientes de seus direitos, seguras para expressar seus sentimentos e protegidas contra qualquer forma de violência.

Portanto, este estudo aponta que a prevenção da violência sexual infantil passa, necessariamente, pela informação e pelo diálogo. Ao oportunizar às crianças um espaço seguro para falar sobre seus corpos, sentimentos e limites, a educação sexual contribui para a construção de uma infância mais digna, livre e protegida, fortalecendo as bases para uma sociedade mais justa e respeitosa com os direitos da criança.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Brasil é o 5º entre países com mais denúncias de abuso sexual infantil pela internet**. Brasília: EBC, 04 abr. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2025-04/brasil-e-o-5o-entre-paises-com-mais-denuncias-de-abuso-sexual-infantil> . Acesso em: 12 ago. 2025.

ALVES, A. et al. **Formação docente e educação sexual na escola**. Revista Educação em Foco, v. 25, p. 1-15, 2022.

ARCARI, Caroline. **Pipo e Fifi: prevenção da violência sexual na infância**. São Paulo: Instituto Cores, 2013. Disponível em: <https://ifan.com.br/wp-content/uploads/2020/04/Caroline-Arcari-Pipo-e-Fifi.pdf> .

AZEVEDO, Maria Amélia Nogueira de; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (org.). **A síndrome do pequeno poder: violência física e sexual contra crianças e adolescentes**. São Paulo: Iglu, 1989. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000797848> . Acesso em: 10 março 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 15 maio 2023.

BRASIL. [Código Penal (1940)]. **Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm . Acesso em: 7 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm . Acesso em: 7 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em: 7 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.970, de 17 de maio de 2000. Institui o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9970.htm . Acesso em: 7 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.306, de 04 de julho de 2006. Altera a Lei nº 8.069, fixando idade máxima para atendimento na educação infantil**. Brasília, DF:

Presidência da República. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/l13306.htm .

Acesso em: 7 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.** Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13431-4-abril-2017-784569-publicacaooriginal-152306-pl.htm> . Acesso em: 7 set. 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação.** Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Brasília, DF: MEC, 1998. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf> . Acesso em: 19 set. 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação.** Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> .

Acesso em: 19 set. 2023.

BUENO, Rita de Cássia Pereira; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **História da educação sexual no Brasil: apontamentos para reflexão.** Revista Brasileira de Sexualidade Humana, v. 29, n. 1, p. 49-56, 2018.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **A escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes.** 2. ed. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2008. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escqprote_eletronico.pdf . Acesso em: 8 fev. 2024.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. A formação de educadores sexuais: possibilidades e limites. 2001. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/190864> . Acesso em: 20 fev. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Violência doméstica e sexual. In: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5> .

Acesso em: 10 dez. 2024

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo; SANTORO, Mario Jr.; AZEVEDO, Maria Amélia Nogueira de. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes e políticas de atendimento: do silêncio ao compromisso.** Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, v. II, n. 1, 1992. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/44977/48589> .

Acesso em: 17 maio 2024.

LEÃO, Andreza de Marques Castro; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal; BEDIN, Regina Celia. **Sexualidade e orientação sexual na escola em foco: algumas reflexões sobre a formação de professores.** Revista Linhas, v. 11, n. 1, p.

26-52, 2010. Disponível em:
<https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2015> . Acesso em:
 20 junho 2024.

LEÃO, Andreza de Marques Castro; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **A (in)existência da sexualidade no curso de Pedagogia: o currículo oculto em evidência.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 8, n. 1, p. 275-290, 2013. Disponível em:
<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6530> . Acesso em:
 20 junho 2024.

NUNES, Cesar; SILVA, Edna. **A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade.** 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.
 RIBEIRO, Marcos. **Educação em sexualidade: conteúdos, metodologias, entraves.** Rio de Janeiro: Wak, 2020. Acesso em: 3 maio 2024.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Desafios contemporâneos em educação sexual: a perda do ambiente mental, social e escolar.** In: SILVA, R. D. et al. (org.). Interseccionalidade e transgressões em educação sexual. São Paulo: Syntagma, 2019. p. 29-39. Acesso em: 15 abril 2024.

ROCHA, Leiliane. **Curso PAS – prevenção ao abuso sexual.** Palestra ministrada a pais e profissionais inscritos, 2021. Disponível em:
<https://leilianerocha.com.br/cursopas> . Acesso em: 28 maio 2024.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A síndrome do pequeno poder.** In: AZEVEDO, M. A. N.; GUERRA, V. N. A. (org.). A síndrome do pequeno poder: violência física e sexual contra crianças e adolescentes. São Paulo: Iglu, 1989. p. 13-22. Acesso em: 14 janeiro 2025.

SAYÃO, Debora Tome. **Corpo e movimento: alguns desafios para a Educação Infantil.** Zeroaseis, v. 4, n. 5, p. 1-11, 2002. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroaseis/article/view/11156/10629> . Acesso em: 10 abril 2025.

SILVA, Ricardo Desidério da. **Educação em ciência e sexualidade: o professor como mediador das atitudes e crenças sobre sexualidade no aluno.** 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/4444> . Acesso em: 24 março 2025.

SPAZIANI, Raquel Batista. **Violência sexual infantil: compreensões de professoras sobre conceito e prevenção.** 2013. Dissertação (Mestrado) – UNESP. Disponível em:
<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/97497?show=full> . Acesso em: 30 abril 2025.

TAUBMAN, Andrea Viviana. **Não me toca seu boboca**. 3. ed. Belo Horizonte: Aletria, 2020. 18 março 2025.

UNESCO. **Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências**. 2. ed. 2019. Disponível em: <https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/369308por.pdf> . Acesso em: 5 maio 2025.

XAVIER, Constantina Filha. **Educação para as sexualidades, a igualdade de gênero e as diversidades/diferenças na educação das infâncias – questões a problematizar**. In: XAVIER, C. (org.). Sexualidade, gênero e diferenças na educação das infâncias. Campo Grande: Ed UFMS, 2012. p. 17-34. Acesso em: 23 março de 2025.